

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Rádio CBN - GO

O relatório parcial de auditoria do leilão da Celg passa foi assinado por cinco técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás .....

O relatório parcial de auditoria do leilão da companhia Celg .....

Assembléia Legislativa de Goiás

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado .....

Comissão de Finanças envia para parecer da Economia atualização de programa de dignidade menstrual e arquiva relatórios .....

Atricon

Divulgado o resultado dos trabalhos selecionados para a 1ª Edição da Revista Científica do CITC .....

Goyaz

Venda da CelgPar gera embate jurídico e político em Goiás .....

Jornal do Vale

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado .....

O Hoje

Leilão da CELGPAR vira alvo de ação judicial por suspeita de venda abaixo do valor .....

TV Atual

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado .....

O relatório parcial de auditoria do leilão da Celg passa foi assinado por cinco técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

também se fortalecendo esse processo Fabiano você apurou que o relatório parcial de auditoria do leilão da Celg passa foi assinado por cinco técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e apontou e subdesenvolvidos da empresa que vão à venda nessa sexta-feira em outras duas metodologias a desvalorização né indicada a desvalorização não é indicada varia de 110 milhões a 198 milhões e sobre este assunto a gente tem o questionamento do nosso ouvinte o José Raimundo ele mandou mensagem ontem perguntando se o montante arrecadado com a venda da Celg Park vai ser destinado a Goiás prev conforme disse o governador há um tempo Fabi muito obrigada pela participação do Zé Raimundos também é um destaque aí que eu que eu acho relevante dessa história da CBN que é a participação dos ouvintes O que é a participação dos ouvintes né valorizo muito essa participação e agradeço então Zé Raimundo ontem eu confirmei com o governo de fato desde o início do ano eles viam dizendo que da mesma forma que foi no caso da venda da Celg transmissão lá em 2021 que eles repetiriam a arrecadação da Celg Park é muito inferior né porque o leilão está marcado para essa sexta-feira com preço mínimo de 1994 milhões mas queria para Goiás Breves sim para cobrir as ideias de da Previdência e o governo ontem e o governo ontem confirmou perguntei se o desejo era de fato esse e eles reafirmaram que a determinação do governador Ronaldo Caiado É nesse sentido de destinar esse valor para Goiás breve mas segundo o relatório técnico do TCE esse valor poderia ser maior Pelo menos segundo esse relatório parcial que foi feito e entrega ao governo em no dia 11 de setembro justamente para pedir medidas corretivas ou reavaliação dos valores antes da realização do leilão leilão antes estava previsto para dia 30 de setembro estava previsto para dia 30 de setembro foi adiado para o dia 3 de outubro no meio dessa crise interna desde sexta-feira eu tô comentando aqui essa crise interna diretores que caíram porque foram contrários a realização do leilão ou atropelo em relação a esse relatório do TCE e ontem eu resolvi me debruçar sobre o que que esse relatório diz de fato se esse valor de 194 milhões tá muito abaixo se a gente poder isso estado poderia arrecadar muito mais o que que é que diz esse relatório e é um relatório muito embasado assinado muito embasado Assinado por dois auditores de controle externo dois assessores técnicos e um coordenador ou seja cinco técnicos do tribunal e eles fizeram uma contratação de uma consultoria externa para avaliação desses valores eles falam Olha a gente entende que existe uma complexidade desse tema do setor elétrico de precificação de ativos e aí contrataram a empresa LB consultoria para fazer essa avaliação e eles dizem que é no mínimo 44 milhões a mais e no máximo 198 milhões então o leilão que 98 milhões então o leilão que está previsto para 1941 são cinco empresas viu que vão ser leiloadas duas delas a Celg par é dona integralmente em outras três ela é sócia é então vai vender essa participação societária dela então de 194 milhões o tribunal fala que deveria ser no mínimo 238 milhões ou chegar até 392 milhões ou seja o dobro e esse documento faz uma para as várias metodologias ali de cálculo e faz essa precificação diferente precificação diferente do que a Celg par analisou o governo decidiu levar diante E aí até atuou no sentido de exonerar os dois diretores do Presidente o ex-presidente agora da Celg para o Fernando Navarrete e a diretora de gestão corporativa a Anita Belchior caíram nesse embate com o governo especialmente com a Secretaria Geral de governo cujo titular é o Adriano da Rocha Lima

que vai assumir também assalto pai na sexta-feira ele fala ó a gente apresentou a defesa a a defendeu empresa a defendeu a metodologia que foi feita pela Celg par não vê problemas nisso o valor É esse mesmo de 194 milhões a gente não vai rever nada vai manter os mesmos termos e vai levar adiante mas é justamente isso Tá previsto ainda para sair um relatório final dessa equipe técnica ainda essa semana antes do leilão de sexta-feira e vamos ver o que que eles vão indicar conforme avaliação da defesa da Celg Park foi apresentada já para o Tribunal de Contas mas eu acho que é muito importante a gente ter é muito importante a gente ter os detalhes a respeito desse documento do tribunal que indica aí que poderia haver uma possibilidade eles falam falhas metodológicas e regularidades na precificação e suba avaliação e falam assim Olha isso significa menor arrecadação um prejuízo ao patrimônio do Estado dano ao erário estadual então recomenda que seria mais adequado fazer um ajuste ou uma revisão desses valores uma revisão criteriosa desses valores o governo resolveu não fazer mas o governo resolveu não fazer mas acho importante trazer aí os detalhes a respeito do que esse documento que esse relatório do tribunal aponta

O relatório parcial de auditoria do leilão da companhia Celg

o relatório parcial de auditoria do leilão da companhia Celg de participações do TCE aponta suba avaliação de pelo menos 44 milhões de reais nos ativos da empresa que vão à venda nesta sexta-feira em outras duas metodologias as desvalorização de cada varia de 110 milhões a 198 milhões o documento é Assinado por cinco cinco técnicas do órgão os ativos da companhia divididos em quatro lotes tem lance mínimo de 194 milhões mas o relatório TCE aponta que os preços deveriam chegar até 392 milhões de reais as providências após a notificação do tribunal passar notificação do tribunal gerar um crise Entre a direção da companhia e o governo de Goiás culminando aí com a exoneração de dois integrantes da Cúpula da empresa

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado

Quatro relatórios que tratam da prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) foram aprovados no encontro da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta quarta-feira, 1º.

As matérias foram relatadas favoravelmente por Lineu Olimpio (MDB) e receberam, na reunião anterior, pedidos de vista do deputado Antônio Gomide (PT), com devolutiva sem manifestações.

Os documentos abordam diferentes exercícios financeiros. São eles:

Processo nº 530/23: trata da prestação de contas referente ao exercício de 2022;

Processo nº 2065/22: referente à prestação de contas do exercício de 2020;

Processo nº 4913/21: apresenta a prestação de contas do exercício de 2021;

Comissão de Finanças envia para parecer da Economia atualização de programa de dignidade menstrual e arquiva relatórios

O deputado Wagner Camargo Neto (Solidariedade) presidiu, na tarde desta quarta-feira, 1º, nova reunião ordinária da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa de Goiás. Alteração em legislação que trata da dignidade menstrual foi apreciada e encaminhada à análise da pasta da Economia.

Durante o encontro, o deputado aproveitou para destacar que mais de 150 processos estão atualmente sob a análise dos membros da comissão e aguardam a devolução dos respectivos relatórios. Ele solicitou que os deputados providenciem a liberação dos mesmos para apreciação do colegiado o mais breve possível.

Em seguida, ele informou aos membros do grupo que, no dia 15 de outubro, a comissão receberá representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) para a prestação de contas do primeiro e segundo quadrimestres de 2025.

Na sequência, o deputado Antônio Gomide (PT) pediu a palavra para defender que a prestação de contas conte com a presença do secretário Rasível Santos.

"Este é o momento para discutir com o secretário as prioridades, os pagamentos realizados e os que ainda estão pendentes. Portanto, gostaria que, como presidente do colegiado, o senhor desse importância ao pedido de que o secretário esteja presente. É fundamental que haja esse debate na Casa. Esse é o nosso papel enquanto parlamentares", afirmou o petista.

O presidente da comissão concordou com a sugestão de Gomide e se comprometeu a articular com o líder do governo, deputado Talles Barreto (UB), para garantir a presença de Rasível Santos. "A presença do titular da pasta é extremamente necessária", emendou.

Dignidade à mulher

O colegiado deliberou o processo nº 10056/24, de autoria da deputada Bia de Lima (PT), que altera a Lei que institui o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. O parecer, elaborado pelo deputado Coronel Adailton (Solidariedade), foi pela diligência, o que foi acatado pela comissão. Com isso, a matéria será encaminhada à Secretaria de Economia para análise da viabilidade técnica e econômica da proposta

Relatórios de atividades

Também foi votado o processo nº 530/23, também de autoria do TCE-GO, que se refere à sua prestação de contas anual. O texto foi relatado pelo deputado Lineu Olímpio (MDB) que julgou as contas de 2022 como regulares, o que foi acolhido pelos pares.

O processo em pauta abrange a movimentação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do TCE-GO e do respectivo Fundo de Modernização, no exercício financeiro de 2022.

Outros três processos da corte, referentes à prestação de contas anual do próprio órgão, também foram analisados pelos parlamentares: nº 2065/22, nº 4913/21 e nº 1852/20. O primeiro diz respeito ao exercício de 2021, o segundo trata de 2020, e o último diz respeito ao ano de 2019. O relator designado foi o deputado Lineu Olímpio, que emitiu pareceres favoráveis aprovados por unanimidade.

Em seguida, a comissão apreciou um conjunto de processos enviados pela Secretaria de Estado da Saúde. Os documentos nº 16989/24 e nº 19094/25, que contêm balancete e contrato de gestão da pasta, foram assinadas, respectivamente, pelos deputados Rosangela Rezende (Agir) e Lineu Olímpio. A aprovação dos relatórios foi acatada sem votos contrários, e os processos encaminhados ao arquivo.

Também foi colocado em apreciação o relatório da referida pasta que diz respeito à Policlínica Estadual da Região do Entorno. O processo, protocolado na Casa sob o nº 21718/24, porém, teve sua votação prejudicada em função de pedido de vista feito pelo deputado Antônio Gomide (PT). A matéria foi relatada por Cairo Salim (PSD) com parecer pelo arquivamento.

Distribuição

Depois, o presidente distribuiu para relatoria o processo nº 22205/25, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), que trata do relatório do segundo trimestre de 2025. O deputado Alessandro Moreira (PP) foi designado seu relator.

Com a pauta esgotada, o presidente da comissão encerrou a reunião e convocou o próximo encontro para a quarta-feira, 8 de outubro.

Divulgado o resultado dos trabalhos selecionados para a 1ª Edição da Revista Científica do CITC

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) publicou, nesta quarta-feira (1º), o resultado dos trabalhos (artigos e pôsteres) selecionados para a publicação na 1ª Edição da Revista Científica do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Trata-se de uma iniciativa adotada pela Comissão Científica do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) por meio do Edital nº 01/2025, publicado em 19 de maio.

É a primeira vez que a Atricon implementa um periódico acadêmico oficialmente vinculado à realização do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. A ação conta ainda com o apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), do Instituto Rui Barbosa (IRB), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon).

A revista objetiva fomentar a produção científica e a difusão de estudos voltados ao aperfeiçoamento dos eventos do sistema de controle externo, promovendo o diálogo e o intercâmbio de ideias entre servidores, membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas. Os trabalhos submetidos a esta edição piloto abordaram o tema central do Congresso - "Tribunais de Contas: República, Democracia, Governança e Sustentabilidade", sob um dos quatro eixos temáticos estruturantes do IV CITC, alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pela ONU para a Agenda 2030:

o EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES: ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 - Saúde e bem-estar; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de gênero e ODS 10 - Redução das desigualdades;

o EIXO 2 - INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis e ODS 12 - Consumo e produção responsáveis;

o EIXO 3 - MEIO AMBIENTE E DESAFIO CLIMÁTICO: ODS 6 - Água potável e saneamento; ODS 7 - Energia limpa e acessível; ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 - Vida na água e ODS 15 - Vida terrestre;

o EIXO 4 - GOVERNANÇA, JUSTIÇA E COOPERAÇÃO: ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

O enfoque da temática considera o papel dos Tribunais de Contas como agentes catalisadores na concretização das políticas públicas, na promoção e monitoramento dos ODS, e na consolidação da cidadania e do bem-estar social, refletindo a importância da governança e da sustentabilidade nas práticas do controle externo.

O processo de seleção foi realizado por comissão avaliadora multidisciplinar composta por doutores, mestres, e servidores dos tribunais de contas.

A 1ª edição da Revista Científica do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas será lançada oficialmente durante o IV CITC que ocorrerá de 2 a 5 de dezembro de 2025, em Florianópolis (Santa Catarina).

Confira a lista dos trabalhos aprovados:

>> Pôsteres

Índice de Maturidade em Sustentabilidade no TCE-PA: Avaliação e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável

Autores: Alessandro Brito de Sousa e Izabelle Santos Guimarães Frazão de Sousa

Mapeamento da Transparência dos Planos de Logística Sustentável nos Tribunais de Contas do Brasil

Autores: Ana Carolina Chaves Machado de Morais e Fagner José Coutinho de Melo

Da promoção da saúde mental nos municípios do Estado do Piauí

Autores: Flora Izabel Nobre Rodrigues e Benigno Núñez Novo

Aquisições Sustentáveis de TI no TCE-PE

Autores: Francisco José Almeida de Oliveira e Ricardo Jorge Veras Beltrão

Julgar o que importa: O Novo regime de Responsabilidade Financeira francês e suas reflexões para os Tribunais de Contas do Brasil

Autores: Gabriela Flávia Ribeiro Mendes e Heitor Silveira Freitas

Avaliação da eficácia e da eficiência das ações governamentais em prol da erradicação da violência contra as mulheres no município de Palmas/TO

Autor: Jaryd Matias Cardoso

Avaliação de Políticas Públicas segundo a NBASP 9020: Desafios e dificuldades da avaliação Ex Ante de Política Pública realizada pleo TCE-GO

Autores: João Pedro Morais de Souza e Valter Mario Canedo Filho

A Ouvidoria como vetor de cidadania no Contexto Amazônico

Autores: Mario Manoel Coelho de Mello e Jessica Natasha Jacquiminouth Aires Marinho

O Observatório de Políticas Públicas do TCE-GO: Inovação e Transparência no Controle Social

Autoras: Michely Bonsólio Barbosa e Isadora Ayres Arantes de Paiva.

Observatório de Políticas Públicas do TCE-BA: Uma proposta para instrumentalização do Controle Social

Autores: Pamela Barbosa Engel e Bruno Mascarenhas da Silveira Ventim

Desertificação no Semiárido e Atuação do Controle Externo: Um recorte da Auditoria de Políticas Públicas para Convivência com o Semiárido

Autor: Victor Rafael Fernandes Alves

Ação Fiscalizatória da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos Municípios Brasileiros: Uma Experiência do TCM/BA no Monitoramento da Implementação do Art. 26-A da LDB

Autores: Vitor Maciel dos Santos e Jumara Novaes Sotto Maior

>> Artigos

Controle externo na liquidação de empresas estatais: a atuação do TCE/SC como indutor de governança, responsabilidade pública e fomento a Agenda 2030

Autor: Azor El Achkar

Análise da Efetividade da Gestão Educacional nos Municípios Amapaenses: Uma Abordagem entre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Autores: Carina Baia Rodrigues e Juliano Vargas

Controle externo, educação midiática e letramento institucional como ferramentas de enfrentamento à desinformação e de fortalecimento da democracia

Autores: Cezar Miola e Priscila Pinto de Oliveira

Tribunais de Contas e o ODS 16: repensando o Processo de Controle Externo

Autora: Crislayne Cavalcante

O Marco de Medição dos Tribunais de Contas e a sindicabilidade do dever de sustentabilidade e das emergências climáticas pelos Tribunais de Contas do Brasil

Autoras: Daniela Zago Gonçalves da Cunda e Camila Parente Almeida

Implementação da BNCC em creches públicas: desafios práticos e oportunidades para o controle externo

Autores: Diego Henrique Moraes Maciel

Avaliação do impacto da governança de dados na geração de valor dos dados no ecossistema dos Tribunais de Contas brasileiros

Autores: Felipe Fonseca Salerno e Fernanda Fonseca Salerno

A Governança de Concessões e Parcerias Público-Privadas na Era Digital: A Tecnologia Blockchain como instrumento de segurança jurídica e eficiência executória

Autor: Felipe Melo de Barros Souto

Governança de Dados e Inteligência de Controle Externo: A Resolução Atricon nº 001/2025 e o Potencial da IA na Produção de Conhecimento Estratégico (ODS 16)

Autora: Fernanda Camila De Carli

Tribunais de Contas e a Agenda 2030: potencial e desafios para adoção do Modelo de Auditoria dos ODS (ISAM) no Brasil

Autores: Gustavo Henrique de Faria e Heloísa Helena Antonacio M. Godinho

Avaliação da Política de Saúde Materno-Infantil em Goiás: o papel indutor do Tribunal de Contas no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Autores: Isadora Ayres Arantes de Paiva e Gláucia Renata de Sousa

A Prescrição nos Tribunais de Contas e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: um Estudo de Caso do Mandado de Segurança nº 40.007/DF

Autora: Juliana da Costa Nascimento

A Objetivação dos Critérios de Merecimento nos Tribunais de Contas: A experiência do TCE/RN que contribui para o fortalecimento da

Autores: Ronald Medeiros de Morais e Paulo Roberto Chaves Alves.

A contribuição dos Tribunais de Contas brasileiros à política de saneamento básico do país: uma análise de conteúdo das auditorias operacionais realizadas

Autores: Raquel Serruya Elmescany e Daniel Mello

Direito e controle: as compras públicas e a justiça social

Autores: Reginaldo Parnow Ennes e Alberto Barreto Goerch

Remuneração variável nas contratações públicas segundo a Lei 14.133/2021

Autor: Robinson Cristiano Sousa Lopes

Eficiência do Projeto Lean nas Emergências na Rede Hospitalar do SUS: Uma análise empírica utilizando DEA-SBM e Índice de Malmquist

Autores: Sinézio Fernandes Maia e Márcio Fernando Sueth da Silva

Consensualismo com responsabilidade nos Tribunais de Contas: entre incentivos e integridade

Autor: Thiago Maciel de Aguiar

Auditoria em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás: uma análise de sua efetividade

Autores: Valdo de Sousa Filho e Cristiane Kerches da Silva Leite

Venda da CelgPar gera embate jurídico e político em Goiás

Venda da CelgPar gera embate jurídico e político em Goiás: a decisão do Governo de Goiás de privatizar a Companhia Celg de Participações (CelgPar), aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), reacendeu o debate sobre a venda de patrimônios públicos e gerou uma intensa batalha jurídica e política no estado. A oposição, liderada pelo deputado estadual Mauro Rubem (PT), contestou a medida em diversas frentes, levantando dúvidas sobre a legalidade do processo e, principalmente, sobre o valor de venda da companhia.

O argumento central dos opositores é que a CelgPar, que detém ativos importantes como usinas hidrelétricas e vastos imóveis, foi subavaliada no processo de desestatização.

Venda da CelgPar gera embate jurídico e político em Goiás

O deputado Mauro Rubem, uma das vozes mais ativas contra a privatização, protocolou uma Ação Popular no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), além de representações junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e ao Ministério Público de Goiás (MP-GO).

O cerne das ações está no questionamento do preço de venda estabelecido pelo Governo. De acordo com os documentos apresentados pelo deputado, o TCE-GO já teria avaliado que o valor do patrimônio da CelgPar é superior a R$ 200 milhões em relação ao preço estipulado pelo Executivo para a alienação. Essa discrepância levanta sérias dúvidas sobre a transparência e a economicidade do negócio, sugerindo um potencial prejuízo aos cofres públicos do estado.

Mauro Rubem também ressaltou a falta de detalhamento sobre todo o patrimônio da empresa, alertando para a perda de ativos estratégicos para investimentos futuros em energia limpa e renovável.

Base política e oposição ferrenha

O projeto que autorizou o Executivo goiano a promover a desestatização da CelgPar foi aprovado na Alego com placar de 25 votos a favor e 6 contra, demonstrando a força da base governista, apesar da forte resistência da oposição. Os deputados Mauro Rubem (PT), Bia de Lima (PT), Antônio Gomide (PT), Delegado Eduardo Prado (PL), Major Araújo (PL) e José Machado (PSDB) votaram contrários ao projeto privatista.

Em seu discurso na tribuna da Alego, o deputado petista relembrou a postura anterior do próprio governador Ronaldo Caiado (União Brasil), que, em campanhas passadas, se manifestou contra a venda da antiga Celg Distribuição

(Celg-D). O parlamentar acusou o governo de "entregar o patrimônio do povo goiano para a iniciativa privada", usando a venda para "cobrir rombos de contas".

Os defensores da privatização, por sua vez, argumentam que a venda é crucial para a melhoria dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica, atraindo investimentos do setor privado e reduzindo o endividamento do estado. O discurso oficial do Governo é que o ente estatal deve se concentrar na regulação e fiscalização do setor, e não na operação direta.

Apesar da aprovação legislativa e da sanção da lei pelo Governador, as ações protocoladas no TCE-GO, no MP-GO e no TJ-GO mantêm o futuro da CelgPar sob escrutínio judicial, indicando que a última palavra sobre a venda do patrimônio público ainda pode ser dada pela Justiça.

Argumentos oficiais para a desestatização

Os argumentos do Executivo goiano se concentram em três pilares principais: melhoria dos serviços, redução da dívida pública e adequação ao novo cenário do setor elétrico.

Melhoria e Capitalização dos Serviços de Energia:

O governo alega que o setor privado possui mais capacidade e capital para realizar os investimentos necessários na infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica.

A expectativa é que a desestatização resulte na melhoria da qualidade e da segurança energética para a população goiana.

Redução da Participação do Estado no Setor Elétrico:

O argumento é que, nas últimas décadas, o setor elétrico brasileiro passou por transformações que tornam a iniciativa privada a principal alternativa para investimentos.

O papel do ente estatal deve se concentrar na regulação, supervisão e fiscalização do setor, além de promover energias renováveis e a eficiência energética, e não mais atuar diretamente como grande investidor na geração e transmissão.

Benefícios Financeiros e Reestruturação Econômica:

A venda da CelgPar é vista como uma forma de obter benefícios financeiros significativos para o Estado de Goiás.

O recurso arrecadado é destinado à redução da dívida pública e à reestruturação econômica do estado.

O valor mínimo estabelecido pelo Governo de Goiás para a venda da totalidade das ações da Companhia Celg de Participações (CelgPar) foi de R$ 193,9 milhões, de acordo com a publicação do edital do leilão.

Detalhes sobre o Valor de Venda

A CelgPar não está sendo vendida como um único bloco, mas sim através da alienação das participações acionárias que ela detém em diversas empresas de transmissão e geração de energia. O valor mínimo de R$ 193,9 milhões corresponde à soma dos preços mínimos de todos os lotes que serão leiloados.

No entanto, o governo e a própria CelgPar manifestaram a expectativa de que o valor final de arrecadação seja maior. Documentos da companhia indicaram a previsão de que o leilão poderia render cerca de R$ 300 milhões para os cofres estaduais, considerando o ágio (valor acima do mínimo) que pode ser oferecido pelos investidores.

Contexto da Contestação:

Este valor mínimo é justamente o ponto de atrito levantado pela oposição, incluindo o deputado Mauro Rubem (PT). As contestações na Justiça e no Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) alegam que o patrimônio total da CelgPar, que inclui imóveis e ativos, vale mais de R$ 200 milhões acima do preço estabelecido pelo governo, sugerindo que a venda a R$ 193,9 milhões seria subavaliada.

A última grande venda de ativos da companhia, a Celg Transmissão (Celg T), que pertencia à CelgPar, foi leiloada separadamente em 2021 por R$ 1,977 bilhão, com um ágio significativo, demonstrando o potencial de valorização dos ativos no mercado.

Mais notícias de Goiás

Crédito da Imagem: Arquivo/Divulgação

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado

Quatro relatórios que tratam da prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) foram aprovados no encontro da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta quarta-feira, 1º. As matérias foram relatadas favoravelmente por Lineu Olimpio (MDB) e receberam, na reunião anterior, pedidos de vista do deputado Antônio Gomide (PT), com devolutiva sem manifestações.

Os documentos abordam diferentes exercícios financeiros. São eles:

Processo nº 530/23: trata da prestação de contas referente ao exercício de 2022;

Processo nº 2065/22: dispõe sobre a prestação de contas do exercício de 2020;

Processo nº 4913/21: apresenta a prestação de contas do exercício de 2021;

Processo nº 1852/20: trata da prestação de contas do exercício de 2019.

Leilão da CELGPAR vira alvo de ação judicial por suspeita de venda abaixo do valor

O deputado estadual Mauro Rubem (PT-GO) e o Sindicato dos Urbanitários de Goiás (STIUEG) entraram com uma Ação Popular na Justiça para tentar impedir o leilão da Companhia CELG de Participações (CELGPAR), empresa pública goiana que atua no setor de transmissão de energia.

A Companhia Celg de Participações - CelgPAR foi criada em dezembro de 2006, pelo Governo do Estado de Goiás, tendo como objeto social principal a participação em outras sociedades como acionista ou sócio-cotista, controlando desde o momento de sua instituição a então Companhia Energética de Goiás - Celg, que foi constituída, em 16/02/1956.

O leilão está marcado para esta sexta-feira (03),, mas a ação pede urgência na suspensão da venda, alegando que o valor da empresa foi subestimado em até R$ 198 milhões, segundo relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

"É um absurdo vender uma empresa estratégica, ainda mais em ano de eleição. Estamos tentando impedir um prejuízo grave e irreversível para o povo de Goiás", afirmou Mauro Rubem.

Segundo os autores da ação, o leilão é ilegal, imoral e lesivo ao patrimônio público. Eles argumentam que a CELGPAR dá lucro, é estratégica para o setor elétrico e deveria ser fortalecida, e não vendida.

O presidente do STIUEG, João Maria de Oliveira, fez um apelo à população: "A CELGPAR vai ser vendida a preço de banana. É preciso que todos fiquem atentos e cobrem responsabilidade do governo."

A ação pede que o governo de Goiás só possa seguir com a venda após estudos técnicos independentes provarem que a privatização é realmente vantajosa para o Estado.

Deputado Mauro Rubem e representantes do STIUEG protocolam ação no TJ-GO para suspender o leilão da CELGPAR.

Relatórios de prestação de contas do TCE-GO são aprovados pelo colegiado

Quatro relatórios que tratam da prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) foram aprovados no encontro da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta quarta-feira, 1º. As matérias foram relatadas favoravelmente por Lineu Olimpio (MDB) e receberam, na reunião anterior, pedidos de vista do deputado Antônio Gomide (PT), com devolutiva sem manifestações.

Os documentos abordam diferentes exercícios financeiros. São eles:

Processo nº 530/23: trata da prestação de contas referente ao exercício de 2022;

Processo nº 2065/22: dispõe sobre a prestação de contas do exercício de 2020;

Processo nº 4913/21: apresenta a prestação de contas do exercício de 2021;

Processo nº 1852/20: trata da prestação de contas do exercício de 2019.